

EDITAL Nº 030/2026
PREGÃO ELETRONICO N.º 011/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0533/2026

A Prefeitura Municipal de Elias Fausto, torna público para conhecimento dos interessados que será realizado PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, a ser processado e julgado pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº012/2026, conforme condições estabelecidas no presente Edital. Fundamento Legal: **Regime da Lei Federal nº 14.133/2021** com as alterações posteriores e legislação complementar vigente e pertinente à matéria.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 16/04/2026.

ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: 04/05/2026 às 8:30 horas.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 04/05/2026 às 9:00 horas.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: <https://bll.org.br>

Objeto: Contratação de serviço de locação de viaturas operacionais destinadas à Guarda Civil Municipal de Elias Fausto/SP, por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da Bolsa de Licitações e Leilões - BLL.

1.2. O certame será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a) da Prefeitura Municipal de Elias Fausto, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica do BLL – Licitações e Leilões, no endereço: <https://bll.org.br>

2 - DO OBJETO

2.1 Contratação de serviço de locação de viaturas operacionais destinadas à Guarda Civil Municipal de Elias Fausto/SP, por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, **em conformidade com as especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA”**.

3 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

3.1. Decai do direito de solicitar esclarecimentos dos termos do edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer antes do terceiro dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.

3.2. No caso da não solicitação, pelas proponentes, de esclarecimentos e informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, quaisquer reclamações.

3.3. Qualquer pedido de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverão ser encaminhados a Prefeitura Municipal de Elias Fausto para o endereço eletrônico <https://bll.org.br> até 03 dias úteis antes da data fixada para o recebimento de propostas.

3.4. Os esclarecimentos serão disponibilizados no endereço eletrônico acima mencionado.

4 - REFERÊNCIAS DE TEMPO

4.1 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico empresas brasileiras ou empresas estrangeiras em funcionamento no Brasil pertencentes ao ramo do objeto licitado, que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, para o respectivo cadastramento junto à BLL e que desempenhem atividade compatível com o objeto desta Licitação.

5.1.1 - Para efeitos de participação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta licitação, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, são considerados:

a) Microempresa – O empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais).

b) Empresa de Pequeno Porte – O empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

5.1.2 - Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006;

d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

f) constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;

g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;

h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.2 – Os benefícios previstos para micro e pequenas empresas não são aplicados, ainda, nos casos prescritos pelo art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/21:

I – No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II – No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.3 - A obtenção de benefícios a que se refere o item 5.1.1 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.3.1 - Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do artigo 4º da Lei 14.133/21.

5.4 - O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento;

5.5 - Os licitantes deverão responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, ou manifestações equivocadas, ambientes inadequados;

5.6 – O Município não se responsabiliza por custos na operacionalização e uso do sistema;

5.7 - O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.8 - Pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as seguintes normas fixadas pelo art. 15, da Lei Federal nº 14.133/21:

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III – Será admitido, para efeito de habilitação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV – Fica impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

5.8.1 - O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso;

5.8.2 - A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato, se for o caso, mediante apresentação dos documentos e notificação antecipada à Administração;

5.9 - Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

5.10 - Não poderão participar deste Pregão ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

5.10.1 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.10.1.1 - O impedimento de que trata o item anterior também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.10.2 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.10.3 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.10.4 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

6 - CREDENCIAMENTOS NO APLICATIVO LICITAÇÕES

6.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à plataforma BLL atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: <https://bll.org.br>

6.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação na plataforma BLL, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;

6.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento da documentação de habilitação, proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;

6.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, assim como a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

6.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;

7 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 - Os licitantes vencedores encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (enviar anexo), proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de recebimento de propostas.

7.2 – Conforme previsão do artigo 63, inciso II da Lei 14.133/21, será exigida a apresentação

dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

a) Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

b) A falta de documento exigido em edital e não cadastrado na plataforma, mas, que esteja disponível no cadastro SICAF, estando dentro do prazo de validade, atenderá as exigências de habilitação deste edital.

c) É possível diligenciar a existência de documento complementar ou outros meios de comprovar o atendimento das exigências editalícias, desde que não se trate de documento ausente ou que não possa ser obtido em breve consulta virtual.

7.2.1 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.3 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.3.1 – Após a abertura da sessão pública, a proposta apresentada será irrevogável e irrenunciável e não poderá ser alterada, seja com relação a prazo e especificações, seja com relação a qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, bem como, não serão admitidos quaisquer acréscimos, supressões, retificações ou desistência de propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro para revelação de erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas;

7.3.2 - Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta de preço.

7.4 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.5 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.6 – Caso esteja enquadrada como entidade preferencial, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006 para fazer jus aos benefícios:

a) A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

7.7 – A sessão poderá ser suspensa pelo pregoeiro a qualquer momento para análise e conformidade das propostas e de documentação:

a) Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagem às licitantes informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances;

7.8 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1 - Valor unitário, total do item e total global;

8.1.2 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

8.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de

exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.4.1. O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO MENOR VALOR GLOBAL.

9.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.6.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro e o certame seguirá o regime estabelecido pela Instrução Normativa 73/2022, do Governo Federal.

9.6.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.6.3 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável, nos termos dos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa nº 73/2014.

9.6.4 O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

9.6.5 Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o § 4º, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

9.6.6 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.7. Fica previsto o intervalo mínimo de diferença de valor de **R\$ 1.000,00 (Um mil reais)**, entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.8. Será adotado para o envio de lances no presente Pregão Eletrônico o MODO DE DISPUTA “ABERTO”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado neste edital.

9.8.1 Neste modo de disputa, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos

e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.8.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item anterior será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.8.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida neste edital, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.9. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro;

9.9.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.

9.14. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.15. O Critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO GLOBAL , conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.17. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.17.1 – Dos critérios gerais para desempate entre propostas:

9.17.1.1 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem, e a depender da possibilidade prática de utilização dos critérios, já que alguns encontram-se inviáveis por ausência de regulamentação externa, embora previstos em Lei e devendo ser observados:

I – Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II – Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão preferencialmente utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

III – desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV – Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.17.1.2 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I – Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II – Empresas brasileiras;

III – empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV – Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.17.5 - As regras de desempate não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.18. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos

demais licitantes.

9.19. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nas leis pertinentes;

9.20 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.20.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.20.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) - contiverem vícios insanáveis;
- b) - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.20.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

9.20.2.1.1 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.20.2.1.2. A inexequibilidade de bens e serviços em geral, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

I - Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.20.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.20.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.20.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.20.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita ou de ofício pelo Pregoeiro.

9.20.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.20.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.20.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.20.8. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.20.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 – DA FASE DE LANCES

10.1 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

10.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11 - HABILITAÇÃO

11.1 - Para se habilitarem nesta licitação, os interessados deverão anexar junto a plataforma BLL, a documentação abaixo, preferencialmente com autenticação digital e legível:

11.1.1 - Se a licitante desatender as exigências de habilitação, a mesma será inabilitada e o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

11.1.2 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.1.2.1 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.1.2.2. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11.2 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União(<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>)

11.2.1 - A consulta aos Cadastros acima será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429/1992 que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.2 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

11.3. - Será considerado habilitado o licitante que apresentar os documentos relacionados no Edital, subitens 11.6 a 11.9.5.1.

11.3.1. - O licitante que participar do certame declarando que cumpre os requisitos de habilitação e não os cumprir, será inabilitado e estará sujeito às penalidades previstas no edital.

11.4. - Constituem motivos para inabilitação do licitante:

11.4.1 - a apresentação de documentos com prazo de validade vencido e que não sejam possíveis de verificação online instantânea;

11.4.2 - a substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

11.4.3 - o não cumprimento dos requisitos de habilitação.

11.5 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.5.1 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.6 - Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação a seguir, para fins de habilitação, ou apresentar certificado de plataforma digital que contenha esses documentos cadastrados, como o SIAFIC, por exemplo, encaminhando os documentos ausentes.

11.6.1 Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

11.6.2 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.6.3 Declaração negativa de relação familiar ou parentesco;

11.6.4 Declaração de Cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei n. 13.709/2018;

11.6.5 Declaração de integralidade dos custos propostos;

11.6.6 Declaração de que pode usufruir dos benefícios de ME e EPP;

11.7 - Habilitações Jurídicas

11.7.1 A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada:

I) Contrato social ou documento semelhante.

11.8 – Regularidade fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

I - A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante as Fazendas: federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

11.8.1 Os documentos referidos no subitem 11.8, III, poderão ser comprovados por meio de certidões negativas de débitos ou positivas com efeito de negativas, com validade em vigor.

11.9 - Qualificação Técnica

11.9.1. Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá comprovar experiência na execução de serviços similares ao objeto deste certame, mediante apresentação de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem a realização de, no mínimo, **50% (cinquenta por cento) do objeto**.

11.9.1.1. Considera-se como **parcela de maior relevância** a comprovação da execução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do objeto de cada item do certame, conforme discriminado no Termo de Referência.

11.9.1.2. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverão conter, de forma expressa, a

descrição dos itens cuja execução foi realizada, de modo a comprovar a compatibilidade com os serviços descritos no Termo de Referência deste edital.

11.9.1.3. O atestado deverá ser acompanhado de cópia de notas fiscais ou contratos aos quais se vincule, para fins de comprovação adicional.

11.9.1.4. Declaração firmada pelo proponente que tem plenos conhecimentos das condições de todas os serviços especificadas no Anexo I – Termo de Referência, estando ciente da natureza e vulto dos serviços, bem como as condições locais que possam incidir, no valor da proposta, nos moldes do **ANEXO XII**.

11.10 - Qualificação Econômico-Financeira

De forma a demonstrar a prova de Qualificação Econômico-Financeira, os licitantes deverão apresentar:

11.10.1 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor(es) do domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

11.10.2 No caso de empresa em recuperação judicial, deverá apresentar Plano de Recuperação, devidamente homologado pelo juízo, em vigência, e que demonstre a capacidade de atendimento das exigências para a comprovação econômico-financeira previstas no edital.

11.10.3 No caso de sociedade civil, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

11.10.4 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

i. Devidamente datados e assinados pelo responsável da empresa e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

ii. A Licitante que optou pela Declaração Simplificada de Rendimentos e Informações deverá comprovar a qualificação econômico-financeira mediante a apresentação de cópia autenticada encaminhada à Receita Federal, referente ao último exercício.

iii. Para as empresas Sociedades Anônimas ou por Ações, o Balanço deverá ser apresentado em publicação de acordo com a legislação pertinente. Para as demais empresas, deverão ser apresentadas cópias legíveis e autenticadas do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário Geral e respectivas páginas onde estão transcritos o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados do último exercício social já exigível.

11.10.5 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

11.10.6 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.10.7- Deverá acompanhar o balanço patrimonial prova de idoneidade financeira, por declaração (**ANEXO XI**) da empresa licitante comprovando a referida idoneidade através de números alcançados mediante cálculos realizados nas fórmulas abaixo apresentadas onde se possa apurar a boa situação financeira do licitante avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **maiores que 1 (um)**:

Liquidez Geral =

Ativo Circulante + Realizável em longo prazo

Passivo Circulante + Exigível em longo prazo

Solvência Geral =

Ativo Total

Passivo Circulante + Exigível em longo prazo

Liquidez Corrente =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

11.11.2 - A Licitante com menos de um ano de existência, que ainda não tenha balanço, deverá apresentar demonstrações contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquidos relativos ao período de sua existência, avaliados por meio da obtenção de índice de Solvência (**S maior que 1 (um)**), conforme fórmula abaixo:

Solvência =

Ativo Total

Passivo Circulante

11.11.3 – Para efeito de apuração dos índices mínimos será permitido o arredondamento com duas casas decimais após a vírgula, desprezando-se as demais, segundo os critérios matemáticos.

11.11.4 – Caso seja constatado erro no cálculo dos índices, o agente de licitação realizará o cálculo com base nas informações contidas no balanço. Sendo obtidos índices que atendam ao solicitado no edital, a empresa será considerada habilitada neste quesito.

12. DA GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO:

12.1. Será exigida a garantia de participação correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado, em conformidade com o artigo 58, §1º da Lei 14.133/2021.

12.2. A garantia será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, ou da data que for declarada fracassada a licitação (Art. 58, §2º, Lei 14.133/2021).

12.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta, em caso de recurso de assinatura do contrato ou a não a apresentação dos documentos para a contratação (Art. 58, §3º, Lei 14.133/2021).

12.4. Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

12.4.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

12.4.1.01. Em caso de depósito, este deverá ser realizado na conta bancária indicada pela prefeitura;

12.4.2. Seguro-garantia;

12.4.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

12.4.4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

12.5. O comprovante da operação bancária da garantia, ou ainda a apólice de seguro com o valor da garantia que a licitante venha a optar, deverá ser encartado junto aos documentos de habilitação, no campo “COMPROVANTE GARANTIA DE PROPOSTA”.

12.5.1. Caso o comprovante não seja apresentado, o licitante será desclassificado e os documentos habilitatórios

13 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. Encerrada a fase de lances, a proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de 02 (duas) horas contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, através do sistema em que ocorreu a disputa, e deverá:

13.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada e digitalizada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

13.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

13.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

13.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.7 A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

13.8 - DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

13.8.1 – Será convocado a apresentar a documentação de habilitação apenas o licitante vencedor, no prazo de duas horas.

13.8.1.1 - Caso o licitante não apresente os documentos de habilitação no prazo citado no item anterior, será considerado inabilitado.

13.8.1.2 – Concomitante à análise dos documentos enviados na plataforma, o pregoeiro poderá utilizar o cadastro nacional SICAF para analisar a documentação da empresa mais bem colocada, sendo esta documentação acessível aos demais participantes.

13.8.2 – A convocação ocorrerá exclusivamente pelo sistema, devendo a licitante encaminhar, de forma digital, todos os documentos elencados neste edital.

13.8.2 - Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

13.8.3 - Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

13.8.3.1 Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis;

13.8.3.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.8.3.3 Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

13.8.3.4 Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do 12.8.3.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.8.3.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

13.8.3.6 A regra do 12.8.3.5 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados.

13.8.3.7 Caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora.

14. - DA MANIFESTAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCESSO

14.1. Ao final da sessão, na fase de habilitação, o pregoeiro verificará a conformidade dos documentos e proposta adequada e, caso toda documentação e proposta estejam conforme o edital, o pregoeiro comunicará através de mensagem no sistema BLL que irá adiantar a fase do processo no sistema, de habilitação para em adjudicação, sendo facultada a qualquer licitante a possibilidade de manifestação de intenção de recorrer de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, de maneira resumida, em campo próprio do sistema, no prazo de 15 (quinze) minutos.

14.1.1 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

14.1.2 - A falta de manifestação motivada do licitante, quanto à intenção de recorrer, no prazo estabelecido no item 13.1 e a não apresentação das razões do recurso no prazo legal, importarão na decadência desse direito, autorizando o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora, encaminhando o processo para homologação pela autoridade superior.

14.1.3 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.1.4 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.1.5 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Departamento de Licitações, sito à Rua Siqueira Campos, nº100, Centro-Elias Fausto, ou por meio de protocolo eletrônico.

14.1.6 - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder

pelo proponente. Os documentos comprobatórios do representante legal (que comprovam os poderes legais) deverão ser enviados juntamente com o recurso.

15.DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1- A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este, Edital como **Anexo IX**;

16– DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1- O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, prorrogável por igual período nos termos da Lei nº14.133/2021.

16.2- A requerimento da Contratada, passados 12 (doze) meses da assinatura do contrato, o seu valor poderá ser recomposto, alcançando a data da apresentação da proposta e aplicando-se o IPCA/IBGE acumulado no período, aplicando-se o mesmo critério na eventual prorrogação de que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021;

16.3- A Administração poderá suprimir ou acrescer o objeto do contrato em seu valor inicial atualizado, a critério exclusivo, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

15.4- O foro do contrato será o da Comarca de Monte Mor/SP.

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 –A contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura, correspondente ao solicitado no Pedido de Fornecimento.

17.2. O pagamento das Notas Fiscais será efetuado após a autorização em até 30 (trinta) dias úteis, após o recebimento, com a manifestação favorável do servidor responsável, através de atestado na nota fiscal comprovando o recebimento do objeto, ficando assegurado a Contratante o prazo máximo de até 05 (cinco) dias para a emissão de tal manifestação.

17.3. Havendo erro na nota fiscal e/ou fatura ou descumprimento das condições pactuadas, a tramitação da nota fiscal e/ou fatura será suspensa para que a Contratada adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data da reapresentação da fatura, devidamente corrigida.

17.4.-Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais.

17.5 - A ordem cronológica referida somente poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:

I - Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II - Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III - pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

IV - Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

V - Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

17.6- Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços;

17.7 - O gestor do contrato será o responsável pela certificação das Notas Fiscais, bem como liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

17.8 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da

parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6/100)$
365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17.9. O valor estimado do contrato, é de R\$ 896.976,00 (oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e setenta e seis reais).

18. REAJUSTE

18.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

18.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do INPC acumulado dos últimos doze meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.3 A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

18.4 O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º14.133, de 2021.

18.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

19. ASPECTOS CONTRATUAIS

19.1 – Outros aspectos contratuais constam da minuta anexa e do termo de referência, também anexo.

20. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

20.1 –O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 14.133/21;

II - Por acordo entre as partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força

maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata de registro tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

20.2 - Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do item 19.1, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ata que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

20.3 - As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do item 19.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

20.4 - Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei 14.133/21.

20.5 - Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes serão pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

20.6 - Caso haja alteração unilateral na ata que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

20.7 - A extinção da ata não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

20.7.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência da ata e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 84 da Lei 14.133/21.

20.7.2. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

20.8 - O prazo para manifestação quanto aos pedidos de reajuste, reequilíbrio e repactuação será de 30 dias, a contar da data de protocolo do requerimento.

20.9 – Caso falem informações e a administração solicite complementação do pedido, o prazo irá reiniciar, a contar da data do novo protocolo com os documentos faltantes.

21 – DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO

21.1 - Será designado como gestor do contrato o Secretário Municipal de Segurança Pública – Sr. Marcelo Henrique Silva, responsável por fiscalizar a execução do contrato.

21.2 - Será designada para a fiscalização da execução da entrega dos serviços, objeto deste contrato, servidores nomeados pela Secretaria responsável, ao qual compete o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato.

21.3 - Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços por meio de fiscais formalmente designados, podendo para isso:

21.3.1 - Ordenar ao preposto da Contratada a substituição, no prazo de um dia, do empregado da contratada que embarçar ou dificultar a fiscalização;

21.4 - Quando a permanência do empregado na atividade for considerada inconveniente,

danosa, ou, ainda, capaz de apresentar riscos aos alunos, a substituição deverá ocorrer imediatamente após a notificação do Município;

21.5 - Comunicar, por escrito, o (a) Gestor (a) do Contrato, sobre falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento/prestação do serviço objeto deste Contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, bem como sobre a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa;

21.6 – Outras atividades expressamente detalhadas na minuta de contrato;

21.7 - A comunicação entre a fiscalização e a contratada será sempre por escrito. Quando, por necessidade ou conveniência de serviço, houver entendimentos verbais, estes deverão ser reduzidos a termo, dentro de 05 (cinco) dias;

21.8 - O não cumprimento das solicitações de documentação ou informações por parte da contratada poderá ensejar sanções.

21.9 - Para assinatura do contrato serão exigidos os documentos relacionados na minuta do edital.

21.10 - A ação da fiscalização não exonera a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

21.11 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, pelos danos causados a Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

21.12 - A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração ou do servidor designado para a fiscalização.

22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE:

A Contratada, além das obrigações constantes no Termo de Referência e na legislação vigente, obriga-se a:

22.1. Garantia de Substituição: Responsabilizar-se por eventuais vícios ocultos nos produtos que venham a ser detectados no momento da distribuição aos alunos, realizando a troca sem ônus adicional para a Prefeitura.

22.2. Regularidade: Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação exigidas na fase de licitação.

22.3. Sustentabilidade: Adotar medidas para minimizar a geração de resíduos durante o transporte e descarregamento, recolhendo quaisquer sobras de embalagens externas (caixas de papelão e plásticos de fardo) após a entrega nos pontos de recebimento.

A Contratante, para a execução do objeto deste contrato, obriga-se a:

22.4. Facilitação do Acesso: Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa entregar os produtos, garantindo o livre acesso ao Almoxarifado Central nos horários previamente agendados.

22.5. Fiscalização e Recebimento: Designar, formalmente, servidor ou comissão para acompanhar e fiscalizar a entrega, realizando a conferência quantitativa e qualitativa dos itens no ato do recebimento (Atesto).

22.6. Pagamento: Efetuar o pagamento à Contratada no valor e prazos estabelecidos neste

instrumento, após a devida liquidação da despesa e apresentação da Nota Fiscal eletrônica.

22.7. Notificação de Falhas: Comunicar à Contratada, imediatamente e por escrito, sobre quaisquer irregularidades, imperfeições ou falhas detectadas nos produtos entregues, para que sejam tomadas as medidas de correção.

22.8. Decisões Administrativas: Responder prontamente às solicitações ou dúvidas da Contratada que digam respeito à execução do contrato, visando evitar atrasos no cronograma de Páscoa.

23. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

23.1– O prazo para a execução do objeto desta licitação será imediato, após assinatura do contrato;

23.2– A empresa vencedora deverá atender rigorosamente os prazos e condições determinados para a execução do objeto, que deverá ser feito de acordo com o constante nesse edital e minuta contratual;

23.3– O objeto desta licitação deverá atender todas as condições e normas legais vigentes.

23.4– Quando a Adjudicatária, se recusar a prestar serviço o objeto da licitação do qual foi vencedor, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.

23.4.1– Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 3 (três) dias úteis, contados da divulgação do aviso.

24. DAS PENALIDADES E MULTAS

24.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:

24.1.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;

24.1.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

24.1.3 - dar causa à inexecução total do contrato;

24.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

24.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

24.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

24.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

24.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

24.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

24.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

24.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

24.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

24.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

24.3 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções: advertência; multa; impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

24.4 - Na aplicação das sanções serão considerados:

24.4.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

24.4.2 - as peculiaridades do caso concreto;

24.4.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

24.4.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

24.4.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.6 - A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

24.7 - A sanção prevista da multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

24.8 - A sanção de impedimento de licitar e contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

24.9 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

24.10 - As sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa;

24.11 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

24.12 - A aplicação das sanções advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

25. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

25.1 – Nos termos do Art. 164 da Lei 14.133/21, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

25.1.1 - As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro e protocolizadas tempestivamente no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Elias Fausto.

25.1.2 - Caso a licitante estiver impossibilitada de efetuar pessoalmente o protocolo no Setor Oficial de Protocolos da Prefeitura poderá encaminhar via Correios, endereçado ao Setor de Licitações da Prefeitura, que ao receber encaminhará ao setor de Protocolo para as providências, com carta de aviso de recebimento, afim de comprovar o envio da sua manifestação.

25.1.3 - As impugnações também serão aceitas e recebidas quando enviadas através do sistema informatizado BLL, em dias úteis, das 08h00 às 17h00, devendo ser juntados todos os documentos que fundamentam tais impugnações.

25.1.4 - A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

25.1.5 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

25.1.6 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis requisitantes e pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

25.1.7 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

25.1.8 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

25.1.9 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

25.1.10 - Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.

25.2 – A entrega das propostas sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

25.3 – Qualquer licitante poderá recorrer dos atos praticado pelo Pregoeiro, cuja intenção deverá ser manifestada no final da sessão pública, sob pena de decadência do direito de recorrer.

25.4 – A síntese das razões recursais deverá ser registrada na ata da sessão, cabendo ao Pregoeiro conceder o prazo de três dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais, desde logo, intimados a apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

25.5 – O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

25.6 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

25.7 – Se não reconsiderar a sua decisão o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informados, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva e homologação do procedimento.

25.8 – Os memoriais dos recursos e contrarrazões deverão ser endereçados ao Pregoeiro e protocolados no Setor Oficial de Protocolos desta Prefeitura.

25.8.1 - Caso a licitante estiver impossibilitada de efetuar pessoalmente o protocolo no Setor Oficial de Protocolos da Prefeitura poderá encaminhar via Correios, endereçado ao Setor de Licitações da Prefeitura, que ao receber encaminhará ao setor de Protocolo para as providências, com carta de aviso de recebimento, a fim de comprovar o envio da sua manifestação.

25.8.2 – Os memoriais dos recursos e contrarrazões também serão aceitos e recebidos quando enviados através do sistema informatizado BLL, devendo ser juntados todos os documentos que fundamentam tais recursos.

25.9 – Os autos permanecerão desde logo com vistas franqueada aos interessados no mesmo local indicado no item anterior.

26. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

26.1 - Fica assegurada a Prefeitura Municipal de Elias Fausto o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

26.2 - A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

26.3 - Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

26.4 - A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela

Administração.

26.5 - A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

26.6 - Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

26.7 - A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

26.8 - A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Elias Fausto.

27 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

27.1 – As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária, prevista no orçamento para o exercício de 2026:

Material de Consumo 3.3.90.30.00 01.110.0000 fichas nº 107.

28 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1 - O Pregoeiro poderá convocar servidores qualificados do Órgão, para oferecer suporte técnico e/ou jurídico às decisões da Comissão independente da equipe de apoio;

28.2 - As modificações ocorridas neste Edital, obedecerão ao disposto no parágrafo 1º, do Art.55 da Lei nº 14.133/21.

28.3- Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o Pregoeiro porventura julgar necessário.

28.4 - A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irrevogável das normas deste Edital e seu Termo de Referência, no Anexo I, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.

28.5 - É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em especial quanto à veracidade das declarações feitas ou apresentadas em razão do cumprimento das exigências deste Edital e seu Termo de Referência, no Anexo I.

28.6 - Os documentos da habilitação dos que forem excluídos do certame, ficarão em poder da Prefeitura.

28.7 – À autoridade competente reserva-se o direito de revogar, anular, suspender ou adiar a presente licitação, por razões de interesse público ou por decorrência de fato superveniente comprovado, e anular no todo ou em parte, resguardando-se o direito de defesa no prazo de dois dias úteis, consoante prevê o artigo 165 da Lei nº 14.133/21, bem como, transferir a data de abertura, sem que isso caiba à licitante, direito a indenização, seja a que título for.

28.8 – A Prefeitura poderá anular o certame, por vício de legalidade, ou revogá-lo, por motivo de conveniência e oportunidade em razão de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

28.9 - Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, com fundamento nas disposições da legislação em vigor.

28.10 – Os atos relativos às repostas de impugnações e recursos, e resultado da licitação serão publicados no Diário Oficial do Município de Elias Fausto, e no endereço eletrônico: www.eliasfausto.sp.gov.br.

28.11 - Para todas as questões suscitadas na execução do contrato, que não forem resolvidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Monte Mor, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

28.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

- ANEXO II** – Formulário de proposta;
- ANEXO III** – Declaração menor de Idade
- ANEXO IV**- Declaração de Fato superveniente
- ANEXO V** – Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
- ANEXO VI** – Declaração de Quadro Societário
- ANEXO VII** – Declaração de Reserva de Cargo PCD e Reabilitado da Previdência Social
- ANEXO VIII** – Declaração de Direitos Trabalhistas
- ANEXO IX** – Minuta de Contrato
- ANEXO X** – Termo de Ciência e Notificação dos Contratos
- ANEXO XI** – Declaração de ME/EPP
- ANEXO XII** – ETP (todas as secretarias)
- ANEXO XIII** - Declaração de Conhecimentos
- ANEXO XIV** - Planilha de Itinerários

Elias Fausto, xx de março de 2026.

JOAQUIM ANTÔNIO DE CAMPOS BICUDO

PREFEITO MUNICIPAL

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL**

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **Contratação de empresa especializada na locação de veículos**, tipo **Mini Van ou SUV compacto**, adaptados como **viatura operacional** para a Guarda Civil Municipal de Elias Fausto/SP, em conformidade com a **Norma Técnica SENASP nº 006/2022 (Classificação A2)**, conforme condições, quantidades estimadas e exigências estabelecidas neste instrumento.

CLASSIFICAÇÃO DO BEM OU SERVIÇO

Considerando as definições constantes nos incisos XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVIII e XXI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, o objeto pretendido enquadra-se como **serviço comum**, cuja prestação e padrão de qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, **de natureza continuada**, cuja contratação se dará por meio do **Sistema de Registro de Preços**, com contratações decorrentes conforme a necessidade da Administração.

QUANTIDADE

O presente Termo refere-se ao **registro de preços para locação de até 06 (seis) viaturas**, por demanda, **não gerando obrigação de contratação integral**, sendo as contratações formalizadas conforme conveniência administrativa, disponibilidade orçamentária e necessidade operacional.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Dos Veículos e Equipamentos:

Estado de Conservação: As viaturas deverão ser entregues **zero quilômetro**, ano/modelo do exercício da contratação ou superior, em perfeitas condições de uso, segurança e higiene.

Identificação Visual (Caracterização): Os veículos deverão ser entregues com grafismo completo (plotagem), conforme padrão de identidade visual da Guarda Civil Municipal de Elias Fausto/SP, utilizando materiais de alta resistência e refletividade.

Instalação Acústica e Visual: Instalação de sinalizador visual de teto em LED de alta intensidade, sirene multi-tom com potência mínima de 100W e sistema de rádio comunicação compatível com a rede local.

Adaptações Específicas: Instalação de compartimento de detritos (cela/gaiola) reforçado, protetor de cárter, estribos laterais (se aplicável ao modelo) e película de segurança nos vidros.

Da Manutenção e Disponibilidade:

Manutenção Integral: A contratada é integralmente responsável pelas manutenções preventivas (conforme manual do fabricante) e corretivas, incluindo a substituição de peças, lubrificantes e pneus por desgaste natural.

Substituição de Veículo: Em caso de pane, acidente ou manutenção que exceda o prazo de **24 horas**, a contratada deverá substituir a viatura por outra de características idênticas ou superiores, sob pena de glosa no pagamento.

Assistência 24h: Disponibilização de serviço de guincho e socorro mecânico com abrangência em todo o território do Estado de São Paulo, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Da Gestão e Documentação:

Seguro Total: Todos os veículos deverão possuir seguro com cobertura total (compreensiva), incluindo

danos materiais e corporais a terceiros, sem franquia ou com franquia sob responsabilidade exclusiva da contratada.

Regularidade Documental: As viaturas deverão ser entregues devidamente licenciadas, com IPVA, DPVAT e taxas ambientais quitados, portando a documentação necessária para circulação imediata.

Gestão de Infrações: A contratada deverá disponibilizar sistema online para indicação de condutores e gestão de eventuais notificações de autuação de trânsito.

ENTREGA, PRAZOS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

O prazo para disponibilização das viaturas, já adaptadas e prontas para uso operacional, será de no máximo **60 (sessenta) dias**, contados do recebimento da **Ordem de Serviço, Ordem de Início**, contrato ou instrumento equivalente decorrente da Ata.

1.3.1 A entrega das viaturas deverá ser feita na **Base da Guarda Civil Municipal de Elias Fausto**, situada à **Rua José Cardeal, nº 161, Centro, Elias Fausto/SP**, ou em outro local indicado formalmente pela Secretaria Municipal de Segurança, dentro do território municipal.

1.3.2 O CONTRATANTE emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e restar constatado ter a CONTRATADA cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento.

1.3.3 Na entrega do objeto, **não será aceita substituição** do modelo ofertado na proposta registrada, salvo em hipóteses justificadas e aceitas formalmente pela Administração, desde que o substituto **seja tecnicamente equivalente ou superior** e mantenha integralmente a conformidade com este Termo de Referência, sem prejuízo do preço registrado e do interesse público.

1.3.4 O objeto será recebido provisoriamente no prazo de **03 (três) dias úteis** a contar da entrega, para efeito de verificação da conformidade do objeto com suas especificações de acordo com este Termo de Referência e a proposta da empresa vencedora.

1.3.5 O serviço será recebido definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias úteis** contados a partir do recebimento provisório, após verificação das condições operacionais, adequação às especificações técnicas, itens de segurança, documentação do veículo e conformidade das adaptações.

1.3.6 O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo.

1.3.7 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da empresa quanto a vícios ocultos ou falhas de adaptação e/ou funcionamento, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e legislação aplicável.

1.3.8 Os prazos definidos acima poderão ser ajustados mediante justificativa e acordo formal entre as partes, sem prejuízo do interesse público.

1.3.9 As viaturas deverão ser entregues **sem uso**, admitindo-se apenas a quilometragem necessária para deslocamento/logística e testes de funcionamento das adaptações.

1.3.10 Caso a viatura entregue apresente divergência técnica em relação às especificações deste Termo de Referência e/ou proposta registrada, poderá a PREFEITURA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO rejeitá-la, no todo ou em parte, obrigando-se a CONTRATADA a providenciar correção/substituição no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, sem ônus adicional.

1.4 DA GARANTIA / DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO

1.4.1 Durante a vigência do contrato decorrente, a CONTRATADA deverá garantir a **disponibilidade operacional** das viaturas, bem como a perfeita condição de funcionamento dos equipamentos e adaptações instaladas, respondendo por manutenções, correções e substituições necessárias.

1.4.2 A garantia do veículo base seguirá a garantia do fabricante, quando aplicável, e as adaptações deverão possuir garantia mínima compatível com o mercado, sem prejuízo das obrigações da contratada pela continuidade do serviço de locação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Diante do Estudo Técnico Preliminar, a contratação visa assegurar meios operacionais adequados para o patrulhamento preventivo, atendimento de ocorrências e demais atividades de segurança pública municipal.

Considerando o art. 6º da Lei nº 14.133/2021, trata-se de **serviço comum**, sendo cabível licitação na modalidade **pregão eletrônico**, com critério de julgamento pelo **menor preço**, conforme definição legal aplicável.

A adoção do **Sistema de Registro de Preços** se justifica por possibilitar contratações conforme necessidade real,

evitando contratação obrigatória integral, permitindo planejamento e maior economicidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A adoção do modelo de locação de viaturas operacionais, por meio de Registro de Preços, apresenta-se como a solução mais eficiente e econômica para atender às demandas da Guarda Civil Municipal, permitindo a ampliação, modernização e padronização da frota sem a imobilização de recursos públicos em aquisição permanente de bens.

A solução proposta assegura:

Redução do tempo de resposta às ocorrências, em razão da maior disponibilidade operacional da frota;
Aumento da presença ostensiva da Guarda Civil Municipal no território do Município;
Melhoria da capacidade de atendimento a eventos, operações especiais e ações preventivas;
Disponibilidade contínua de viaturas com padrões técnicos e operacionais compatíveis com a Norma Técnica SENASP nº 006/2022 – Classificação A2;
Previsibilidade e regularidade na manutenção, com redução de indisponibilidade por falhas mecânicas ou administrativas;

Continuidade do serviço público, com mitigação de riscos operacionais decorrentes de veículos obsoletos ou fora de padrão.

A contratação por locação, aliada ao Sistema de Registro de Preços, confere maior flexibilidade administrativa, controle de custos, economicidade e eficiência operacional, atendendo aos princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal e às diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

4. DAS REGRAS OPERACIONAIS

4.1 Em caso de sinistro, a apuração de responsabilidades observará a legislação aplicável. A eventual responsabilização do servidor e o ressarcimento ao erário dependerão de regular procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.1.1 Em caso de danos nos veículos em que fique comprovada culpa de terceiros, a CONTRATADA ficará responsável por acionar o terceiro para eventuais ressarcimentos.

4.1.2 Em caso de danos nos veículos, após regular comunicação da Gestão de Frota à empresa locadora, estabelece-se o prazo de 07 (sete) dias para apresentação de orçamentos (no mínimo 03), contendo detalhamento dos serviços a serem efetuados e eventuais peças que necessitarão de substituição.

4.1.3 Havendo necessidade de reparo, o prazo máximo de realização será de até 15 (quinze) dias após a formal ciência da empresa locadora, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão, se for o caso.

4.1.4 A empresa locadora deverá fornecer, ainda, previsibilidade de entrega da nota fiscal de reparos de veículos sinistrados juntamente com o veículo locado reparado, contendo detalhamento dos serviços e peças especificadas individualmente, permitindo maior transparência em eventual processo de sindicância para apuração de responsabilidade.

5 DAS MANUTENÇÕES

5.1 A empresa vencedora, única responsável pela locação dos veículos, deverá realizar os reparos e manutenções mecânicas, elétricas e a substituição de pneus no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas, contadas a partir de sua formal ciência, ressalvadas as hipóteses de manutenção emergencial, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

5.2 Toda manutenção preventiva ou corretiva deverá ser precedida de comunicação formal à Gestão de Frotas da Guarda Municipal, contendo a descrição do problema, diagnóstico preliminar, previsão de prazo para execução e indicação do local onde o serviço será realizado, quando aplicável.

5.2.1 Considera-se manutenção emergencial aquela que comprometa ou possa comprometer a segurança, a operacionalidade da viatura ou a continuidade do serviço público. Nesses casos, caso a empresa locadora não disponha de oficina conveniada no Município de Elias Fausto, deverá enviar técnico em manutenção veicular à sede da Guarda Municipal no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da solicitação, para diagnóstico, contenção do problema e adoção das medidas imediatas necessárias, sem prejuízo da conclusão do reparo no prazo máximo previsto no item 5.2.

5.2.2 A condução dos veículos deverá ser efetuada exclusivamente por servidores motoristas da Secretaria Municipal de Segurança Pública/Guarda Municipal, seja para manutenção, testes e outras situações similares, mesmo dentro da região geográfica que compreende o Município de Elias Fausto.

5.2.3 Caso ocorra necessidade de manutenção ou reparos e o veículo necessite ir a oficina conveniada ou própria do locador em outro Município, o transporte deverá ser efetuado, obrigatoriamente, por veículos específicos para

reboque (guinchos, plataformas e afins).

5.2.4 Manutenções efetuadas em oficinas especializadas dentro da região geográfica de Elias Fausto, Capivari, Monte Mor, Indaiatuba e Salto: o transporte dar-se-á sob responsabilidade da Gestão de Frotas da Guarda Municipal, desde que o veículo apresente condições mínimas de segurança para realizar o deslocamento próprio.

5.2.5 As despesas com o transporte de veículos que tenham avarias mecânicas, elétricas ou estejam sinistrados, sem condições mínimas de segurança para deslocamento próprio, demandando transporte específico, correrão às custas e responsabilidade do locador.

5.2.6 São de responsabilidade exclusiva da empresa vencedora todas as despesas diretas decorrentes da manutenção preventiva ou corretiva, adesivagem e adaptação dos veículos, bem como todas as despesas indiretas pertinentes ao pagamento de impostos, taxas, seguros e todo e qualquer encargo que resulte de acidentes eventualmente verificados com o veículo.

DA TRANSFORMAÇÃO

5.3 Os equipamentos adaptados de sinalizadores, sinais sonoros, suporte de armas longas, grafismo e compartimento de presos deverão atender às exigências técnicas previstas no instrumento convocatório/contrato e estar em plenas condições de uso.

DA APRESENTAÇÃO DO PROTÓTIPO

5.4 Obrigatoriamente, a empresa vencedora deverá apresentar um modelo piloto digital aos representantes da locatária, no prazo de até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato decorrente da Ata, e somente após a devida aprovação por parte da Secretaria Municipal de Segurança Pública será emitida a Ordem de Serviço e iniciado o processo de preparação dos veículos locados.

DO SEGURO

5.5 Os veículos deverão estar devidamente segurados, no mínimo, quanto a roubo, furto, incêndio, colisão, responsabilidade civil de terceiros e DM/DC – Cobertura Compreensiva, utilizando para a apólice os seguintes critérios:

- a) Valor máximo de indenização (colisão, incêndio, roubo ou furto): 100% (cem por cento) da Tabela FIPE;
- b) Cobertura mínima de danos materiais a terceiros: R\$ 150.000,00;
- c) Cobertura mínima de danos corporais a terceiros: R\$ 50.000,00;
- d) Valor máximo de franquia limitado a até 5% (cinco por cento) do valor do veículo, conforme Tabela FIPE vigente à época do sinistro.

5.5.1 A empresa vencedora deverá arcar com quaisquer despesas relacionadas a prêmios de seguros efetuados para a proteção de seus bens vinculados ao objeto desta contratação e de responsabilidade perante terceiros, em observância à legislação vigente. Na hipótese de não ser efetuado seguro, ou serem insuficientes os seguros contratados, a empresa arcará com todos os ônus decorrentes de eventuais sinistros, como se segurados fossem.

DINÂMICAS GERAIS

5.6 As taxas de pedágio (se houver) ficarão a cargo do Município de Elias Fausto.

5.6.1 Em caso de multas, a empresa deverá comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Segurança Pública, para ocorrer a notificação do condutor e abertura de prazo para recurso.

5.6.2 Em caso de recurso julgado indeferido, o Município de Elias Fausto realizará o pagamento da multa e, posteriormente, solicitará ao motorista o reembolso aos cofres públicos, conforme procedimento interno aplicável.

5.6.3 Os veículos terão como local de guarda a Base da Guarda Municipal, no Município de Elias Fausto.

5.6.4 No momento da entrega dos veículos, a empresa vencedora deverá apresentar junto à Secretaria Municipal de Segurança Pública os veículos que serão utilizados e cópia autenticada dos documentos de licenciamento.

5.6.5 A manutenção dos veículos, bem como a troca de óleos, lubrificantes e demais materiais e serviços necessários à perfeita prestação do serviço, ficará sob responsabilidade da empresa vencedora.

5.6.6 Os veículos deverão estar regularmente registrados e licenciados, aptos à circulação no território nacional, sendo de responsabilidade exclusiva da empresa contratada o recolhimento integral do IPVA e demais tributos incidentes, conforme legislação aplicável.

5.6.7 Os veículos deverão ser substituídos de imediato e de forma automática após o período de 03 (três) anos de fabricação ou quando atingir 90.000 km, nas mesmas condições de entrega inicial, o que ocorrer primeiro.

5.6.7.1 Estimativa de utilização: 100 km/dia e 3.000 km/mês, apurada a partir de dados históricos da frota e dos

deslocamentos previstos.

5.6.7.2 Os veículos operarão em regime de quilometragem livre.

5.6.7.3 A unidade de medição e pagamento do objeto permanece “veículo/mês”, mantidas as obrigações de manutenção, disponibilidade e substituição previstas, inclusive a substituição ao atingir 03 anos ou 90.000 km, o que ocorrer primeiro.

5.6.8 A empresa vencedora deverá reapresentar os veículos para vistoria ao Gestor de Frotas a cada renovação contratual, anualmente, podendo ser solicitada substituição do veículo caso se verifique anomalia que comprometa a segurança ou a execução do serviço.

5.6.9 – DO CARRO RESERVA Em caso de indisponibilidade de qualquer veículo locado por período igual ou superior a 05 (cinco) dias corridos, ou 120 (cento e vinte) horas, em razão de sinistro, manutenção corretiva de maior complexidade ou qualquer outra situação que impeça seu uso operacional, a CONTRATADA fica obrigada a disponibilizar veículo reserva, com características técnicas iguais ou operacionais equivalentes às do objeto principal, sem qualquer ônus adicional ao Município, permanecendo o veículo reserva em operação até a completa regularização e retorno do veículo original à frota.

6. DA NATUREZA DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O presente Termo de Referência fundamenta procedimento de **Registro de Preços**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, visando à futura e eventual contratação de serviços de locação de veículos, conforme a necessidade da Administração.

6.2 O Registro de Preços **não implica compromisso imediato de contratação**, tampouco obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados, os quais possuem caráter **previsional e estimativo**, destinados exclusivamente ao planejamento administrativo e orçamentário.

6.3 As contratações efetivas ocorrerão mediante formalização de **contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata de Registro de Preços**, observada a conveniência, oportunidade e disponibilidade orçamentária da Administração.

6.4 A existência da Ata de Registro de Preços não obriga o Município a contratar, facultando-se à Administração a utilização ou não do instrumento, total ou parcialmente, conforme interesse público devidamente motivado.

7. DA VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS DECORRENTES

7.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2 Os contratos decorrentes da Ata poderão ter vigência própria, inclusive **plurianual**, quando caracterizada a natureza continuada do serviço, desde que haja interesse público devidamente justificado e observada a legislação vigente.

7.3 A prorrogação contratual ficará condicionada à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, à avaliação satisfatória da execução contratual e à disponibilidade orçamentária.

8. DA UNIDADE DE MEDIÇÃO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

8.1 A unidade de medição do objeto será **VEÍCULO/MÊS**, considerando a efetiva disponibilidade operacional do veículo locado durante o período de referência.

8.2 O regime de execução será o de **empreitada por preço global**, por veículo/mês, abrangendo todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive manutenção, seguros, tributos, adaptações e demais encargos.

8.3 O pagamento estará condicionado à efetiva disponibilidade do veículo para uso operacional, conforme critérios de medição e fiscalização estabelecidos neste Termo de Referência.

9. DA MEDIÇÃO, AFERIÇÃO E GLOSA

9.1 A execução do objeto será avaliada **mensalmente**, com base na disponibilidade, conservação, regularidade documental e atendimento às exigências técnicas previstas neste Termo de Referência.

9.2 Será passível de **glosa proporcional** no pagamento mensal o veículo que:

9.2.1 não estiver disponível para uso operacional;

9.2.2 apresentar falhas mecânicas, elétricas ou estruturais não sanadas nos prazos contratuais;

9.2.3 não atender às exigências de segurança, sinalização ou adaptação;

9.2.4 não possuir documentação regular para circulação.

9.3 A glosa será aplicada de forma proporcional ao período de indisponibilidade, sem prejuízo das sanções

administrativas cabíveis.

10. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1 Os serviços serão recebidos **provisoriamente**, ao final de cada período mensal, mediante verificação do cumprimento das exigências técnicas e operacionais.

10.2 O recebimento **definitivo** ocorrerá após a validação da medição mensal, análise dos relatórios da fiscalização e verificação da regularidade do objeto.

10.3 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, falhas ou desconformidades verificadas posteriormente.

11. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

11.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por **Gestor e Fiscal do Contrato**, designados formalmente pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

11.2 Compete à fiscalização:

11.2.1 acompanhar a execução do contrato;

11.2.2 registrar ocorrências e desconformidades;

11.2.3 solicitar correções;

11.2.4 atestar medições e recebimentos;

11.2.5 propor aplicação de sanções, quando cabível.

11.3 Todas as ocorrências relevantes serão registradas em **histórico próprio de gestão contratual**, garantindo rastreabilidade, transparência e controle.

11.4 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto, inclusive perante terceiros.

12. DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado **mensalmente**, após o recebimento definitivo dos serviços e atesto da Nota Fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

12.2 O valor a ser pago corresponderá ao quantitativo de veículos efetivamente disponibilizados no período, descontadas eventuais glosas.

12.3 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendentes irregularidades contratuais ou inadimplementos por parte da contratada.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 O Registro de Preços não implica compromisso imediato de despesa.

13.2 As despesas decorrentes das contratações futuras correrão à conta das dotações orçamentárias próprias de cada exercício financeiro, a serem indicadas quando da formalização de cada contrato decorrente da Ata.

13.3 A dotação relativa aos exercícios subsequentes será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual e liberação dos créditos correspondentes.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Além das responsabilidades previstas em lei e nas demais cláusulas deste Termo de Referência, a CONTRATADA obriga-se a:

14.2. Quanto aos Veículos e Adaptações:

– **14.2.1.** Disponibilizar veículos tipo **Mini Van ou SUV compacto**, zero quilômetro, em perfeitas condições de uso, segurança e higiene.

– **14.2.2.** Entregar as viaturas integralmente adaptadas conforme a **Norma Técnica SENASP nº 006/2022 (Classificação A2)**, incluindo, obrigatoriamente:

-Sinalizador acústico-visual (giroflex e sirene) de alta potência;

-Grafismo e identidade visual padrão da GCM de Elias Fausto/SP;

Rua Siqueira Campos , 100 – Centro – Elias Fausto/SP – Fone: (19)3821.8899 - CEP: 13350-000

- Compartimento de transporte de detidos (cela) ventilado e higienizável;
 - Divisória de segurança entre cabine e compartimento traseiro;
 - Suportes para armas longas e rádio comunicador instalado.
- **14.2.3.** Manter a regularidade documental de todos os veículos perante o DETRAN/SP, com o devido registro de alteração de característica para "**Veículo de Emergência**" no CRLV.

14.3. Quanto à Manutenção e Disponibilidade:

- **14.3.1.** Arcar com todos os custos de **manutenção preventiva e corretiva**, incluindo peças, pneus, lubrificantes e mão de obra especializada.
- **14.3.2.** Substituir qualquer viatura que apresente defeito ou necessite de manutenção, por outra de **idêntica categoria e com a mesma adaptação operacional (A2)**, sob pena de glosa no pagamento.
- **14.3.3.** Disponibilizar assistência técnica e socorro mecânico (guincho) 24 horas por dia, 07 dias por semana, com tempo de resposta máximo de 60 (sessenta) minutos em oficina sediada no município **ou em região limítrofe (até 50 km)**.

14.4. Quanto ao Seguro e Sinistros:

- **14.4.1.** Manter seguro total (cobertura contra colisão, incêndio, roubo e furto) para as viaturas, inclusive com cobertura de Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) para danos materiais e corporais causados a terceiros.
- **14.4.2.** Isentar o Município de Elias Fausto e seus servidores de qualquer franquia ou custo em caso de sinistro durante o cumprimento do dever funcional, salvo em casos de dolo comprovado.

14.5. Quanto à Gestão Administrativa:

- **14.5.1.** Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- **14.5.2.** Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- **14.5.3.** Responder por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Além das demais responsabilidades previstas em lei e neste Termo de Referência, a CONTRATANTE obriga-se a:

15.1.1. Gestão e Fiscalização:

Rua Siqueira Campos , 100 – Centro – Elias Fausto/SP – Fone: (19)3821.8899 - CEP: 13350-000

- Designar, formalmente, o gestor e o fiscal do contrato (e seus suplentes) para acompanhar a execução dos serviços, atestar as faturas e registrar ocorrências.
- Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, permitindo o acesso aos veículos para vistorias ou manutenções programadas, desde que previamente agendadas e sem prejuízo à escala operacional da GCM.

15.1.2. Utilização e Conservação:

- Zelar pela conservação das viaturas (Mini Van/SUV), utilizando-as estritamente para o policiamento preventivo e atividades operacionais da Guarda Civil Municipal de Elias Fausto/SP.
- Garantir que os veículos sejam conduzidos exclusivamente por servidores devidamente habilitados e autorizados pela corporação.
- Manter os níveis básicos de fluidos (óleo e água) e a calibragem dos pneus entre as revisões periódicas de responsabilidade da locadora.

15.1.3. Comunicação de Ocorrências:

- Notificar a CONTRATADA, formalmente e no menor prazo possível máximo de 2 horas, sobre qualquer defeito mecânico, avaria, sinistro ou necessidade de manutenção corretiva identificada nas viaturas.
- Encaminhar à CONTRATADA cópia do Boletim de Ocorrência (B.O.) e do Relatório Interno em caso de acidentes, furtos ou roubos envolvendo os veículos locados, para fins de acionamento do seguro.

15.1.4. Insumos de Consumo:

- Arcar com as despesas de combustível (Gasolina/Diesel/Etanol) necessárias para o funcionamento das viaturas durante o período de locação.
- Responsabilizar-se pela higienização interna e externa rotineira dos veículos.

15.1.5. Obrigações Financeiras:

- Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo e condições estabelecidas no Edital, mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela fiscalização.
- Verificar a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA antes de cada pagamento mensal.

15.1.6. Infrações de Trânsito: Identificar o condutor infrator e encaminhar a documentação necessária à CONTRATADA dentro dos prazos legais, para fins de transferência de pontuação em caso de multas de trânsito ocorridas durante a execução contratual.

16. DAS PENALIDADES

16.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, ou o cometimento de infrações administrativas, sujeitará a empresa às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

16.2. Advertência: Aplicada quando a CONTRATADA descumprir obrigações de pequena relevância que não causem prejuízo direto à operação da GCM (ex: atraso na entrega de relatórios mensais).

16.3. Multas (Exemplos de Graduação):

- **16.3.1. Multa por Atraso na Entrega:** de **0,5%** por dia de atraso sobre o valor da parcela mensal, caso as viaturas adaptadas não sejam entregues no prazo inicial estabelecido.
- **16.3.2. Multa por Manutenção Deficiente:** de **1%** sobre o valor mensal do veículo, caso seja constatada negligência em itens de segurança (pneus carecas, luzes queimadas, sirene inoperante).
- **16.3.4. Multa por Descumprimento de Requisito SENASP:** de **10%** do valor mensal do contrato caso as adaptações operacionais (cela, rádio, giroflex) apresentem defeitos não sanados imediatamente.

16.4. Impedimento de Licitar e Contratar: Aplicada nos casos de infrações graves que justifiquem a proibição de contratar com a Administração Pública Municipal por prazo não superior a 3 (três) anos.

16.5. Declaração de Inidoneidade: Aplicada nos casos de faltas gravíssimas ou reincidência técnica, impedindo a empresa de licitar ou contratar com a Administração Pública de todos os entes federados por prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos.

16.6. Do Processo de Aplicação:

- **16.6.1.** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, garantindo-se à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa no prazo de **15 (quinze) dias úteis**.
- **16.6.2.** O valor das multas poderá ser descontado diretamente dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. Critério de Julgamento: O critério de julgamento da proposta será o **MENOR PREÇO**, sob o regime de execução por preço unitário (valor da locação mensal por veículo), observadas as exigências de padronização e qualidade técnica estabelecidas neste Termo de Referência.

17.2. Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal: A licitante deverá comprovar sua regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista, conforme os requisitos genéricos estabelecidos no Edital e na legislação vigente.

17.3. Qualificação Econômico-Financeira: A licitante deverá demonstrar saúde financeira compatível com o vulto da contratação, por meio de balanço patrimonial e índices de liquidez, visando garantir a

capacidade de aquisição, seguro e manutenção da frota durante todo o período contratual.

17.4. Qualificação Técnica (Capacidade Técnico-Operacional): Para fins de comprovação da capacidade técnica para o objeto específico (viaturas policiais adaptadas), a licitante deverá apresentar:

- **17.4.1. Atestado de Capacidade Técnica:** Fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já executou ou executa serviços de locação de veículos de características compatíveis (SUV ou Mini Van), preferencialmente adaptados para fins policiais ou de emergência.
- **17.4.2. Comprovação de Rede de Assistência:** Declaração ou relação de oficinas credenciadas e rede de socorro mecânico (guincho) que garantam o atendimento e a manutenção num raio de até **50 km** do município de Elias Fausto/SP, assegurando o tempo de resposta estipulado na Cláusula 14.

"A exigência de oficina sediada no município de Elias Fausto/SP, ou no raio máximo de 50 km, justifica-se pelo alto interesse público na manutenção contínua das viaturas da Secretaria de Segurança Pública. Dada a necessidade de patrulhamento 24h, a utilização de oficinas distantes compromete a agilidade na reposição dos veículos, gerando risco direto à segurança local e custos excessivos com logística e guincho, violando o princípio da eficiência".

- **Necessidade de Prontidão (Tempo de Resposta):** Viaturas de segurança pública operam 24h. Oficinas locais garantem que o tempo de paralisação para manutenção (preventiva ou corretiva) seja mínimo, evitando que o município fique sem viaturas.
- **Redução de Custos com Logística e Seguro:** Oficinas distantes exigem guinchos e aumentam o risco de sinistros durante o transporte, gerando custos adicionais desnecessários e risco patrimonial.
- **Fiscalização e Garantia:** A proximidade da oficina facilita a fiscalização *in loco* do serviço e a aplicação de garantia em caso de reincidência do defeito, conforme CDC (1.3.2).
- **Continuidade do Serviço (EFICIÊNCIA):** A manutenção ágil garante a máxima disponibilidade da frota.
- **17.4.3. Termo de Compromisso de Adaptação (SENASP):** Declaração formal de que, em caso de sagrar-se vencedora, entregará os veículos rigorosamente adequados à **Norma Técnica SENASP nº 006/2022 (Classificação A2)**, sob pena de recusa do objeto e aplicação de sanções.

17.5. Vistoria Técnica:

- **17.5.1.** A licitante poderá realizar vistoria prévia nas instalações da GCM de Elias Fausto para pleno conhecimento das condições locais de operação, mediante agendamento junto à

Rua Siqueira Campos , 100 – Centro – Elias Fausto/SP – Fone: (19)3821.8899 - CEP: 13350-000

Secretaria de Segurança Pública Municipal.

- **17.5.2.** A não realização da vistoria não será motivo para futuras alegações de desconhecimento das dificuldades operacionais ou logísticas da região.

18. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Item	Descrição do objeto	Quantidade
1	Locação de viatura tipo Mini Van / SUV compacto adaptada (SENASP A2)	06

VALOR ESTIMADO MENSAL (30 dias): R\$ 74.748,00 (setenta e quatro mil, setecentos e quarenta e oito reais).

VALOR ESTIMADO ANUAL (12 meses): R\$ 896.976,00 (oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e setenta e seis reais).

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários do Município de Elias Fausto/SP, onerando a seguinte dotação:

- **Classificação Econômica:** 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- **Código de Fonte:** 01.110.0000 – Tesouro Municipal (Geral)
- **Ficha nº:** 107
- **Unidade Orçamentária:** Secretaria Municipal de Segurança Pública

19.2. No caso de o contrato ultrapassar o presente exercício financeiro, as despesas correspondentes ao exercício seguinte correrão à conta das dotações próprias a serem consignadas na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), mediante apostilamento, conforme a legislação vigente.

19.3. Tratando-se de **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, a existência de dotação orçamentária é dispensável no momento da licitação, sendo obrigatória apenas quando da efetiva contratação (emissão da Nota de Empenho), momento em que deverá ser indicada a disponibilidade financeira conforme os códigos acima descritos.

20. CONCLUSÃO

20.1. O presente Termo de Referência consolida os requisitos técnicos, operacionais e logísticos necessários para a **Locação de Viaturas (Mini Van/SUV)** adaptadas conforme a **Norma Técnica SENASP nº 006/2022 (Classificação A2)**, visando o fortalecimento das atividades da Guarda Civil Municipal de Elias Fausto/SP.

20.2. A solução escolhida (locação de frota) demonstra-se a mais vantajosa para a Administração, pois transfere ao particular os riscos de manutenção, depreciação e gestão de sinistros, garantindo a **disponibilidade ininterrupta** de viaturas operacionais essenciais à segurança pública.

20.3. As especificações contidas neste instrumento foram elaboradas com base no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** e estão em estrita consonância com os princípios da eficiência, economicidade e

padronização das forças de segurança, assegurando o melhor custo-benefício para o Município.

20.4. Diante do exposto, considera-se o objeto **plenamente viável** e apto a seguir para as etapas de reserva orçamentária, parecer jurídico e abertura do certame licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Elias Fausto, 26 de março de 2026.

**ANEXO II
FORMULÁRIO DE PROPOSTA**

Fornecedor:
CNPJ nº. Inscrição Estadual:
Endereço: Bairro: Cidade: Estado:
CEP. E-mail:
Fone:
Banco: Agência: Conta Corrente:
DADOS PARA FUTURO PEDIDO (caso a empresa seja vencedora):
Nome:
Fone:
Endereço: E mail:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO
RUA SIQUEIRA CAMPOS, 100 – CENTRO
ELIAS FAUSTO – SP.

Segue abaixo nossa proposta para: **Contratação de serviço de locação de viaturas operacionais destinadas à Guarda Civil Municipal de Elias Fausto/SP, por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em conformidade com as especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA”,** conforme as especificações constantes deste edital e seus anexos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	VLR. MENSAL R\$	VLR TOTAL R\$

Valor total R\$-..... (Valor por Extenso)
O prazo de validade da presente proposta: 60 (Sessenta) dias
Condições de Pagamento: Em 30 (trinta) dias úteis
Prazo de entrega: cfe. edital.
Condições de entrega: cfe. Edital.

_____, em ____ de _____ de 2026

Assinatura de Representante legal
Nome / RG / CPF
(Carimbo CNPJ da Empresa)

ANEXO III

DECLARAÇÃO MENOR DE IDADE

____ inscrita no CNPJ ou CPF sob o nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei no 14.133/2023, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

_____, em _____ de _____ de 2026

Assinatura de Representante legal
Nome / RG / CPF
(Carimbo CNPJ da Empresa)

**ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE**

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no § 5º do artigo 14 da Lei 14.133/2021, que não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor ou do Pregão, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação, ou a eventual contratação que deste procedimento possa decorrer.

_____, em _____ de _____ de 2026

Assinatura de Representante legal
Nome / RG / CPF
(Carimbo CNPJ da Empresa)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, por intermédio de seu representante legal Sr. (a) _____ CPF n.º _____, RG n.º _____, **DECLARA, sob as penas da Lei**, estar cumprindo plenamente os requisitos de habilitação conforme os documentos integrantes da HABILITAÇÃO, de acordo com as exigências constantes do **Edital de Pregão Eletrônico n.º xxx/2026** e, ainda, de que inexistem fatos impeditivos a nossa participação neste certame.

_____, em _____ de _____ de 2026

Assinatura de Representante legal
Nome / RG / CPF
(Carimbo CNPJ da Empresa)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP / e CPF nº _____, DECLARA para fins desta licitação, e sob as penas da lei, que: **não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista**, bem como não se enquadra nos demais impedimentos do Artigo 14 da Lei 14.133/2021.

_____, em _____ de _____ de 2026

Assinatura de Representante legal
Nome / RG / CPF
(Carimbo CNPJ da Empresa)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO – RESERVA DE CARGO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

.....
..... inscrita no CNPJ ou CPF sob o nº.
por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a)....., portador(a) da Carteira de
Rua Siqueira Campos , 100 – Centro – Elias Fausto/SP – Fone: (19)3821.8899 - CEP: 13350-000

Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei no 14.133/2021, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____, em _____ de _____ de 2026

Assinatura de Representante legal
Nome / RG / CPF
(Carimbo CNPJ da Empresa)

**ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS**

.....
..... inscrita no CNPJ ou CPF sob o nº.
por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a)....., portador(a) da Carteira de
Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no parágrafo primeiro do art. 63 da Lei no 14.133/2021, de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na

data de entrega das propostas.

_____, em _____ de _____ de 2026

Assinatura de Representante legal
Nome / RG / CPF
(Carimbo CNPJ da Empresa)

ANEXO IX MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº___/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ELIAS FAUSTO, E A EMPRESA XXXXXXXXX,.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO**, com sede na Rua Siqueira Campos, nº 100, Centro, Elias Fausto, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal **Sr. Joaquim Antônio de Campos Bicudo**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 4.758/2023, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa XXXXXXXXXX, entidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na xxxxxxxxxxxxxx, neste ato representado pelo Sr. (a) xxxxxxxxxxxx, portador da Cédula de Identidade RG nº xxxxxxxx, inscrito no CPF/MF nº xxxxxxxx, doravante designada **CONTRATADA**, em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA– DO OBJETO:

1.1- contratação de serviço de locação de viaturas operacionais destinadas à Guarda Civil Municipal de Elias Fausto/SP, por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em conformidade com as especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA”, conforme especificações abaixo e ainda, conforme Edital **Pregão Eletrônico nº. xxx/2026** e demais anexos, que, independentemente de transcrição, ficam

fazendo parte deste instrumento.

Lote	Descrição	Valor Total
—		
—		

CLAUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

2.1 – O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Contratado, prorrogável sucessivamente por igual período, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133 de 2021.

2.2 - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pelo responsáveis da Unidade Gestora, de que as condições e os preços, e entrega dos serviços permanecem vantajosos para a Administração.

CLAUSULA TERCEIRA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária, prevista no orçamento para o exercício de 2026:

Material de Consumo 3.3.90.30.00 01.110.0000 fichas nº 107.

CLAUSULA QUARTA- DO PREÇO:

4.1 – O valor global da contratação é de R\$ (xxxxxxxxx), de acordo com o Termo de Referência.

4.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3 – Não haverá reajuste de preços.

CLAUSULA QUINTA- DO PAGAMENTO:

5.1 –A contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura, correspondente ao solicitado no Pedido de Fornecimento.

5.2. O pagamento das Notas Fiscais será efetuado após a autorização em até 30 (trinta) dias úteis, após o recebimento, com a manifestação favorável do servidor responsável, através de atestado na nota fiscal comprovando o recebimento do objeto, ficando assegurado a Contratante o prazo máximo de até 05 (cinco) dias para a emissão de tal manifestação.

5.3. Havendo erro na nota fiscal e/ou fatura ou descumprimento das condições pactuadas, a tramitação da nota fiscal e/ou fatura será suspensa para que a Contratada adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data da reapresentação da fatura, devidamente corrigida.

5.4.-Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais.

5.5 - A ordem cronológica referida somente poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:

I - Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II - Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III - pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

IV - Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou

dissolução da empresa contratada;

V - Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

5.6- Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços;

5.7 - O gestor do contrato será o responsável pela certificação das Notas Fiscais, bem como liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

5.8 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) I = (6/100) \\ 365$$

$$I = 0,00016438 \\ TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

CLAUSULA SEXTA- DA GARANTIA CONTRATUAL:

6.1- Para garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA depositou junto à PREFEITURA, a esse título, 5% (cinco por cento) do valor da contratação, e o fez sob a forma de uma das modalidades seguintes:

- a) Caução em dinheiro ou Títulos da Dívida Pública;
- b) Seguro garantia;
- c) Fiança bancária.

- **6.1.2-** A garantia prestada deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência do contrato e somente será restituída à CONTRATADA após o cumprimento integral das obrigações assumidas;
- **6.1.3-** Em caso de alteração contratual, de valor ou prazo, a CONTRATADA deverá promover a complementação da garantia, bem como, se for o caso, o de sua respectiva validade, de modo a que o valor da garantia corresponda sempre ao percentual de 5% do valor contratual e o seu período de validade seja sempre correspondente ao prazo de vigência do contrato.
- **6.1.4-** A PREFEITURA fica desde já autorizada pela CONTRATADA a promover perante a entidade responsável pela garantia, o levantamento de valor devido em decorrência de aplicação de penalidade de multa, nos termos deste Contrato;

CLAUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

7.1. CABE À CONTRATADA:

- **7.1.1.** Disponibilizar os veículos em perfeitas condições de uso, devidamente **caracterizados** (pintura e adesivação oficial), equipados com sinalização acústica e visual (giroflex e sirene) e rádio comunicador, conforme especificações técnicas do

- Termo de Referência.
- **7.1.2.** Responsabilizar-se pelo **licenciamento, seguro total** (cobertura contra furto, roubo, colisão e danos a terceiros) e pagamento de todos os impostos e taxas incidentes sobre os veículos.
 - **7.1.3.** Realizar a **manutenção preventiva e corretiva** integral, incluindo a substituição de peças por desgaste natural ou defeitos de fabricação, sem custos adicionais à Contratante.
 - **7.1.4.** Efetuar a **substituição imediata** de qualquer viatura que apresente defeito ou necessite de manutenção que exceda o prazo de [X] horas, garantindo a continuidade do serviço da GCM.
 - **7.1.5.** Disponibilizar sistema de rastreamento e telemetria para controle de frota em tempo real pela Contratante.
 - **7.1.6.** Comprovar, durante toda a execução do contrato, o cumprimento das reservas de cargos previstas em lei para **pessoa com deficiência** ou para **reabilitado da Previdência Social**, bem como para **aprendiz**, conforme estabelecido no Art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e no Art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sob pena de rescisão contratual e aplicação de sanções administrativas.

7.2. CABE À CONTRATANTE:

- **7.2.1.** Utilizar os veículos exclusivamente nas atividades operacionais da **Guarda Civil Municipal**, zelando pela sua conservação e boa utilização.
- **7.2.2.** Responsabilizar-se pelo **abastecimento** e pela lavagem rotineira das viaturas.
- **7.2.3.** Notificar a Contratada, de imediato e formalmente, sobre qualquer avaria, acidente ou necessidade de manutenção nos veículos locados.
- **7.2.4.** Manter o controle de motoristas autorizados e fornecer os dados necessários para o processamento de multas de trânsito ocorridas durante a vigência do contrato.
- **7.2.5.** Efetuar o pagamento das faturas mensais dentro do prazo estabelecido, mediante a medição dos serviços e a regularidade fiscal da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO E MODELO DE CONTRATO

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração especificamente designados, nos termos do Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, que deverão anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto.

8.2. DA GESTÃO DO CONTRATO: A **Gestão do Contrato** será exercida pelo **Sr. Marcelo Henrique Silva**, Secretário de Segurança de Elias Fausto/SP, cujas principais atribuições incluem:

- **Coordenar** e acompanhar as atividades de fiscalização técnica e administrativa.
- **Decidir** sobre pleitos de prorrogação de vigência, reequilíbrio econômico-financeiro e aplicação de sanções, subsidiado pelos relatórios da fiscalização.
- **Autorizar** os processos de pagamento após a atestação da execução dos serviços.

8.3. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A **Fiscalização do Contrato** será exercida por servidor(es) a ser(em) formalmente designado(s) pela Administração após a assinatura deste instrumento.

- **8.3.1.** O Fiscal será responsável pelo acompanhamento técnico direto, verificando o estado das viaturas, o funcionamento dos equipamentos (giroflex, sirene, rádio) e o cumprimento dos prazos de substituição.
- **8.3.2.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades ou danos causados à Administração ou a terceiros.

8.4. As comunicações entre a Administração e a CONTRATADA deverão ser realizadas por
Rua Siqueira Campos , 100 – Centro – Elias Fausto/SP – Fone: (19)3821.8899 - CEP: 13350-000

escrito, preferencialmente via e-mail institucional ou sistema oficial de gestão da Prefeitura de Elias Fausto.

CLAUSULA NONA- DAS SANÇÕES E PENALIDADES:

9.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Multa: as multas previstas em Lei serão aplicadas de acordo com o resultado e andamento de Procedimento Administrativo.

9.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

- **9.3.1.** Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Contratada sujeitar-se-á às seguintes multas, calculadas sobre o valor total do contrato ou da respectiva Nota de Empenho:

-Multa Moratória (Atraso): 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela não entregue (combustível não fornecido no prazo solicitado), limitada a **10% (dez por cento)** do valor da respectiva Nota de Empenho.

-Multa Compensatória (Inexecução Parcial): 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato.

-Multa Compensatória (Inexecução Total): 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total das obrigações assumidas ou rescisão por culpa exclusiva da Contratada.

- *Base de Cálculo:* Conforme o **art. 156, §3º da Lei 14.133/21**, a multa não pode ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato licitado.

-Outras Infrações: 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato por descumprimento de qualquer outra cláusula contratual ou norma técnica.

- **9.3.2** - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
- **9.3.3** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **9.3.4** - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.4 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.5 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) peculiaridades do caso concreto;
- c) circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) danos que dela provierem para o Contratante;
- e) implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.6 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.7 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.8 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.9 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.10 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLAUSULA DÉCIMA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

10.1 - O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.2 - O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

– **10.2.1** - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

– **10.2.2** - Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

10.3 - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.3.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

– **10.3.2** - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

– **10.3.3** - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.4 - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) indenizações e multas.

10.5 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1. A CONTRATADA obriga-se à execução integral do objeto do presente instrumento, pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão, independentemente dos motivos que originaram os mesmos.

11.2. Correrão por conta da CONTRATADAS quaisquer tributos ou preços públicos porventura devidos, em decorrência da execução do contrato.

11.3. O pessoal da CONTRATADA, por ela designado para trabalhar na execução do contrato, não terá vínculo empregatício algum com a CONTRATANTE.

11.4. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

11.5. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.

11.6. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Prefeitura Municipal e/ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, quer seja por atos próprios, de seus empregados ou prepostos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

11.7. Toda e qualquer etapa que tenha que ser refeita pela CONTRATADA por erro ou incompetência, não acarretará ônus financeiro algum para a CONTRATANTE e nem aditamento de prazo.

11.8. A CONTRATADA se obriga manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.9. É vedada a subcontratação.

11.10. Para todas as questões suscitadas na execução do contrato, que não forem resolvidas



PREFEITURA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO - ESTADO DE SÃO PAULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº011/2026 – PROCESSO Nº0533/2026

EDITAL Nº 030/2026

administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Monte Mor - SP, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Lido e achado conforme, assinam este instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, as partes e testemunhas, sendo 01 (uma) via destinada ao processo e a outra para arquivo.

Elias Fausto, de de 2026.

**Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Elias
Fausto**

**EMPRESA CONTRATADA
Representante Legal**

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:

Nome:
RG:

NOME:
GESTOR DO CONTRATO:

Nome:
JURÍDICO

**ANEXO X
TERMO DE CIENCIA E NOTIFICAÇÃO TCESP**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO

CONTRATADO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATO n.º XXX/2026

OBJETO: Contratação de serviço de locação de viaturas operacionais destinadas à Guarda Civil Municipal de Elias Fausto/SP, por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, **em conformidade com as especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA”.**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) o acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Elias Fausto/SP, XX de XXXXXX de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE: Prefeitura Municipal de Elias Fausto- SP

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante: Prefeitura Municipal de Elias Fausto- SP

Nome:

Cargo:

E-mail Institucional:

E-mail Pessoal:

CPF:

Assinatura: _____

Pela contratada:

Cargo:

E-mail:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR (ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Fiscal do Contrato

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

(*) – O termo de Ciência e Notificação e/ou cadastro do(s) Responsável (is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador de despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto

daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).

ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE ME/EPP

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte. (Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa) _____, CNPJ / MF nº _____, sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico Nº013/2026, que estou (amos) sob o regime de ME/EPP , para efeito do disposto na LC 123/2006.

_____, em ____ de _____ de 2026.

Assinatura de Representante legal
Nome / RG / CPF
(Carimbo CNPJ da Empresa)

ANEXO XIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTOS

.....
..... inscrita no CNPJ sob nºpor intermédio
de seu representante legal o (a) Sr. (a), portador
(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF
nº....., DECLARA, sob as penas da lei, que está familiarizado com a
natureza e vulto dos serviços, bem como tem conhecimento a respeito de todas as condições,
locais, que direta ou indiretamente possam influenciar na execução da prestação dos serviços
objetos do PREGÃO e, conseqüentemente na formulação de sua proposta

.....,..... de de 2026.

Nome e assinatura do representante RG nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO - ESTADO DE SÃO PAULO
PREGÃO ELETRÔNICO N°011/2026 – PROCESSO N°0533/2026
EDITAL N° 030/2026